

Professor: Arnin Braga

Disciplina: Introdução à Filosofia

Semestre: 1º de Teologia

PARTE II: A RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA E TEOLOGIA AO LONGO DA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO

Tema 03:

Idade Média – a Filosofia como serva da Teologia

1. INTRODUÇÃO

O período histórico da Filosofia que conhecemos como “Filosofia Medieval” é fruto de uma mescla entre a cultura e filosofia greco-romana com os valores do cristianismo. Com a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C, a Igreja Católica passou a ser, durante mais ou menos 1000 anos, a grande responsável por manter a tradição filosófica greco-romana, mas agora com uma novidade: as Sagradas Escrituras.

A Filosofia Medieval é dividida em dois grandes períodos:

a) Patrística (Alta Idade Média): Com o surgimento do cristianismo, acrescenta-se um conteúdo novo nas discussões sobre o *θεός* (o Ser ou Deus) iniciadas por Aristóteles: as Sagradas Escrituras. Em uma sociedade greco-romana estritamente racional e bombardeada por várias teorias religiosas de cunho filosófico, surgiu dentro do cristianismo a necessidade de dar uma fundamentação racional ao conteúdo da fé proveniente das Sagradas Escrituras. Trata-se da busca pela “*Intelecto Fidei*”, ou seja, entender a fé, descobrir sua racionalidade própria como instrumento de aprofundamento e explicitação da mesma. Logo, nesse contexto, a função da Razão e da Filosofia passou a ser a de instrumento para melhor entender a Fé e a Teologia cristã.

b) Escolástica (Baixa Idade Média): Durante os séculos IX ao XIV, a Europa entrou em um momento cultural extremamente coeso. Por um lado, toda a Europa reconhecia politicamente a autoridade de duas cabeças ou coroas: o papa e o imperador. E por outro lado, estavam unidos em uma mesma religião: a católica. As antigas estradas romanas uniam os povos europeus que também estavam interligados por uma língua comum (latim), e por uma cultura

fundamentada no passado greco-romano, mas agora com a fidelidade germânica como modelo ético. Todo esse contexto de coesão fez com que surgissem as primeiras universidades do mundo, como uma forma de manter esse mundo coeso, fundamentá-lo racionalmente e defender a fé intelectualmente contra possíveis adversários internos (hereges) e externos (pagãos e infiéis). A “*Scientia Scholastica*” ou Escolástica era o saber hegemônico da época.

Sendo assim, vejamos agora quais foram as principais discussões sobre Deus nestes dois períodos da Filosofia Medieval.

2. A PATRÍSTICA

2.1 São Justino Mártir: a Razão está unida a Fé e a Fé completa e dá plenitude aos limites da Razão.

O filósofo cristão Flávio Justino (100-165) nasceu na atual Síria em uma família romana. Homem culto desde a juventude, participou de correntes filosóficas de sua época como o platonismo e, principalmente, o estoicismo. Destas duas linhas de pensamento, Justino herdou a discussão pelo Logos, isto é, o princípio ordenador que a tudo regula no mundo. Foi refletindo sobre estas questões que Justino encontrou-se com um cristão sábio que lhe apresentou a Jesus Cristo como o Logos Encarnado. Tal encontro o fez com que ele se converter-se ao cristianismo.

Uma vez cristão, Justino notou que aquela religião era muito atacada pela cultura greco-romana. E como a maioria dos cristãos eram pessoas simples, careciam de uma argumentação racional sólida para justificar aquilo que acreditavam por meio da fé. Nesse contexto, Justino foi um dos primeiros intelectuais do cristianismo que se ocupou de dar uma sustentação intelectual sólida para as verdades de fé cristãs, conjugando as Sagradas Escrituras com os elementos do pensamento platônico e estóico. Sendo assim, em suas *Apologias*, Justino postulou a famosa teoria do $\lambda\omega\gamma\acute{o}\varsigma$ $\sigma\pi\epsilon\rho\mu\alpha\tau\iota\kappa\acute{o}\varsigma$ ¹ (“Logos spermatikós”), traduzido como “Logos seminal” ou “sementes do Verbo”, pensamento este que deu origem a ideia de que a Filosofia deve estar a serviço da Teologia.

¹ Cf. JUSTINO DE ROMA. *Apologias I e II, e Diálogo com Trifão*. Paulus: São Paulo, 2002, pp.100-101. (Apologia II, 10)

Segundo Justino, antes da vinda de Jesus Cristo os homens possuíam “sementes do Verbo” (fundamenta-se na parábola do semeador): tanto os antigos profetas quanto os filósofos. Essas “sementes” permitiam aos homens conhecerem fragmentariamente a Verdade revelada por Deus. Mas com a vinda de Jesus Cristo, essa Verdade divina foi revelada em toda sua plenitude. Logo, segundo Justino, somente os cristãos possuem a Verdade em sua plenitude, enquanto as outras filosofias e religiões possuem apenas partes dessa revelação, possuem sementes do Verbo, mas não o Verbo Encarnado.

Com isso, Justino inaugura o pensamento de que não dá para pensar a Razão humana como algo separado da Revelação cristã, devido ao fato de que a Razão humana sempre está ligada ao Logos (Jesus Cristo). A partir de Justino, a teologia cristã afirmará que se a razão humana (logos) provém de Jesus Cristo (Logos), ela nunca pode dizer ou afirmar algo contrário a Ele, pois isso não teria lógica.

2.2 Orígenes e Santo Agostinho: Como ler e entender as Sagradas Escrituras?

No decorrer dos primeiros séculos do Cristianismo, surgiu a seguinte problemática: como as Sagradas Escrituras podem ser fonte da verdade se, em seu conteúdo, encontramos frequentemente informações contraditórias e metáforas confusas? Os dois pensadores da Patrística que buscaram resolver essa questão com o auxílio da filosofia neoplatônica foram Orígenes (185-284) e Santo Agostinho (354-430).

Para Orígenes, o verdadeiro sentido das Sagradas Escrituras estão nelas mesmas, sem necessidade de recorrer a outros escritos. A Razão humana deve apenas ajudar o cristão no caminho de encontrar esse sentido de maneira adequada. Dessa forma, as Sagradas Escrituras não podem ser lidas exclusivamente em seu sentido literal, mas exigem sentidos mais profundos. Por isso, Orígenes afirmava em sua obra *Tratado Sobre os Princípios* que da mesma forma que o homem é *corpo* (“soma”/“basar”), *alma* (psique/nefesh) e *espírito* (pneuma/ruah), as Sagradas Escrituras também podem ser lidas a partir de três sentidos²:

- *Literal*: a letra é a carne (soma/basar) das Sagradas Escrituras. É o primeiro nível de interpretação.
- *Moral*: é a alma (psique/nefesh) das Sagradas Escrituras. É o segundo nível de interpretação.

² Cf. ORIGENES. *Tratado sobre os princípios*. Paulus: São Paulo, 2012, pp. 294-295 (IV, 11)

- *Espiritual*: É o espírito (pneuma/ruah) das Sagradas Escrituras. É o nível mais alto e profundo de interpretação.

Esta forma de ler e interpretar racionalmente as Sagradas Escrituras foi chamada por Orígenes de “método alegórico”. Tal método influenciou a outro grande pensador cristão séculos depois: Santo Agostinho. A interpretação alegórica origeniana das Sagradas Escrituras chegou a Santo Agostinho por meio de Santo Ambrósio. Neste sentido, Agostinho propõe em sua obra *A Doutrina Cristã* algumas regras para interpretar aquelas passagens obscuras e confusas das Sagradas Escrituras. Para ele, tudo o que está escrito nas Sagradas Escrituras é verdade. O que muda é o sentido com o qual devemos interpretá-la. Para fazer uma correta interpretação, devemos utilizar-nos da Razão. Logo, toda metáfora bíblica que parece confusa, deve ser remetida a um sentido físico (a cultura do povo da época, as leis, etc). Já toda lei ou fato da cultura da época que parece estar contra a honestidade dos costumes e às verdades da fé, deve ser entendido em sentido figurado³. Crer para entender, entender para crer.

3. A ESCOLÁSTICA

De maneira geral, a Escolástica medieval acreditava que a realidade podia ser explicada a partir duas *teologias* ou *dois livros* de interpretação: o livro da *razão natural* (ou a “teologia natural”) e o livro da *Graça sobrenatural* (ou “teologia cristã”). Segundo a Escolástica, ambas teologias ou livros provém de Deus, mas cada um se ocupa de um objeto distinto. O livro da “Razão Natural” se ocupa da ordem natural das coisas e a investiga por meio da razão que pertence a todo ser humano. Esse livro da realidade leva à uma “Teologia Natural” ou “Teologia Racional”. Esta Teologia serve de base para outra, uma que não pertence naturalmente a nós, mas nos é dada por meio do Espírito Santo e da Revelação: é a “Teologia cristã”, que pertence e explica a ordem sobrenatural, isto é, a revelação de Deus. É a partir desse método da escolástico que devemos situar e entender a principal preocupação da Filosofia Medieval: apresentar as provas racionais da existência de Deus. Nos centraremos em dois grandes pensadores desse período: Santo Anselmo de Cantuária (1033-1109) e Santo Tomás de Aquino (1225-1274).

³ Cf. AGOSTINHO. *A doutrina cristã*. Paulus: São Paulo, 2002, pp. 160-165 (Cap. 5, 9; Cap. 10, 14)

3.1 Santo Anselmo de Cantuária e Prova Ontológica da Existência de Deus

Em sua obra *Monólogo*, Santo Anselmo de Cantuária - guiado pelo pensamento platônico de que o Uno é Bom, Belo e Verdadeiro - apresenta também três caminhos para chegarmos à conclusão de que Deus existe⁴. Para ele, toda bondade, grandiosidade e perfeição existentes na natureza, sempre vão remeter à Bondade, à Grandiosidade e à Perfeição que, em suma, são Deus, pertencem a Deus. Porém, a novidade do pensamento de Santo Anselmo está presente em sua obra "*Proslógio*". Ali ele afirma que Deus é "*o ser do qual não é possível pensar nada maior*"⁵.

Segundo Anselmo, até mesmo o néscio (ou insipiente) quando diz "Deus não existe", deve ter um certo conhecimento de Deus para poder negá-lo. Como assim? Isso não seria contraditório? Anselmo explica que todo aquele que afirma que Deus não existe entende a ideia ou o conceito de Deus que existe em sua mente sem nenhum problema, o que ele não entende é como essa ideia de Deus subjetiva e existente só em sua mente pode existir na realidade objetiva e ser real. É isso que leva o néscio a afirmar "Deus não existe": como a existência de um conceito da mente pode fazer com que haja um correlato também na realidade?

Para responder a esta questão, Santo Anselmo recorre a lógica: "uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo sob o mesmo aspecto". Logo, uma ideia de um Deus no qual não é possível pensar nada maior não pode existir e não existir ao mesmo tempo, isto é, não pode existir na mente do néscio e não existir na realidade objetiva. Até mesmo quando o néscio diz que só existe um conceito de Deus na mente, mas este Deus não existe na realidade, sua afirmação também justifica a existência de um Deus do qual não é possível pensar nada maior. Pois se o néscio afirma que só existe um conceito de Deus em sua mente, esse conceito não pode ser o "maior", o que abre espaço para a existência lógica de algo muito maior que o mero conceito intelectual do néscio. Em suma, se conseguimos pensar um conceito de Deus em nossa mente, isso só é possível porque na realidade concreta existe um ser maior do que nosso conceito de Deus. Pois, caso contrário, como poderíamos pensar a perfeição se somos seres imperfeitos? Como poderíamos pensar a eternidade se somos seres finitos?

A este argumento, o monge Gaunilo afirmou então que se pensamos uma sereia, ou uma ilha, isso quer dizer que essa seria e essa ilha devem existir na realidade. Ao que Santo

⁴ Cf. ANSELMO DE CANTUÁRIA. *Monólogo*. Abril Cultural: São Paulo, 1973. pp. 12-19. (cap. I-VI)

⁵ ANSELMO DE CANTUÁRIA. *Proslógio*. Abril Cultural: São Paulo, 1973. pp. 107-109 (cap. II-III)

Anselmo respondeu que tal regra (a de que um conceito de perfeição implica que uma perfeição maior exista na realidade) só se aplica ao conceito de Deus, pois só ele é “o ser do qual não é possível pensar nada maior”. Uma sereia ou uma ilha qualquer não pode entrar nesta regra. Pois o “maior” só pode ser concebido na mente se ele existe de fato, se não nunca seria o maior e obrigaria a existência de um outro maior. Da mesma forma que, se o pensamento admite sua existência, é porque ele existe de fato.

3.2 Santo Tomás de Aquino e as cinco provas da existência de Deus

Santo Tomás de Aquino reconhece a veracidade dos argumentos de Santo Anselmo, mas critica-o em um ponto: Santo Anselmo dizia que o homem pode provar a existência de Deus pela própria existência do mesmo – tanto no pensamento quanto na realidade – por meio de seu conceito. Mas Santo Tomás afirmará que para Deus, sua essência e sua existência é evidente; mas para nós não. Nós desconhecemos a essência de Deus, logo, sua existência não é tão clara ao pensamento como supôs Santo Anselmo. Para Santo Tomás de Aquino, apesar de a existência de Deus ser uma verdade em si e por si imediatamente evidente, ela requer uma demonstração para o limitado conhecimento humano.

Devido a isso, Santo Tomás recorrerá a um itinerário demonstrativo que parte dos efeitos físicos para comprovar a necessidade da existência de uma causa metafísica (argumento “per effectum ad causam” – do efeito à causa). Esse itinerário é descrito em sua *Suma Teológica*, principalmente na Questão 2: A existência de Deus, artigo 3⁶. Tal modelo de explicação se inspira, em grande parte, nas argumentações apresentadas por Aristóteles em suas obras *Física* (Livro VIII) e *Metafísica* (Livro XII). Vejamos a regra do itinerário tomasiano:

Itinerário de Santo Tomás de Aquino:

- a) Ponto de partida:*** sempre será um efeito acessível à experiência sensível (um efeito físico)
- b) Mediação Lógica:*** composta pelo princípio da causalidade e de uma consequência lógica que sempre adverte a impossibilidade de um retrocesso infinito na série de causas causadas.
- c) Conclusão:*** isso que a filosofia grega chama de *Ser*, nós chamamos de *Deus*.

⁶ TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica* Parte I: questões 1-43. Edições Loyola: São Paulo, 2001. Pp. 165-169.

AS CINCO VIAS OU PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS SEGUNDO SANTO TOMÁS DE AQUINO

a) Primeira prova: a do movimento

- *Ponto de partida:* o movimento das coisas
- *Mediação Lógica:* o efeito nunca pode ser maior que a causa; é impossível um retrocesso infinito.
- *Conclusão:* Deus é o primeiro motor.

b) Segunda prova: a da causa eficiente

- *Ponto de Partida:* Toda causa eficiente necessita gerar um efeito e ser gerada por uma causa maior que ela. Se vamos de causa eficiente em causa eficiente, chegaremos a uma primeira causa incausada.
- *Mediação Lógica:* *idem*
- *Conclusão:* Deus é a Causa Eficiente Primeira e incausada.

c) Terceira Prova: a do Ato e da Potência, a do possível e do necessário

- *Ponto de Partida:* Todas as coisas que existem são contingentes, isto é, são não-ser em potência. E isso ocorre porque sua existência não condiz com sua essência. Mas para que tudo exista, faz-se necessária a existência de um ser que não é potência de nada, mas ato puro.
- *Mediação Lógica:* *Idem*
- *Conclusão:* Deus é o ser necessário, o Ato Puro.

d) Quarta Prova: dos graus de perfeição

- *Ponto de Partida:* existe uma hierarquia ou ordem de perfeição. Algumas coisas são mais perfeitas que as outras. Mas para algo ser mais ou menos perfeito, deve ter um ideal de perfeição que sirva de modelo.
- *Mediação Lógica:* *Idem*
- *Conclusão:* Deus é A Perfeição

e) Quinta Prova: da Ordem e finalidade das coisas

- *Ponto de Partida*: no mundo existe uma ordem. Tudo está ordenado e existe para um fim. E deste fim que dizemos se algo é bom ou não. Para que exista uma ou outra ordem é necessário que admitir a existência da Ordem em si, que delega a finalidade de cada coisa existente.

- *Mediação Lógica*: Idem

- *Conclusão*: Deus é o ordenador de tudo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. *A doutrina cristã*. Paulus: São Paulo, 2002. (Coleção Patrística 17)

ANSELMO DE CANTUÁRIA. *Monólogo*. Abril Cultural: São Paulo, 1973. (Coleção Os Pensadores, 7)

_____. *Proslógio*. Abril Cultural: São Paulo, 1973. (Coleção Os Pensadores, 7)

JUSTINO DE ROMA. *Apologias I e II, e Diálogo com Trifão*. Paulus: São Paulo, 2002.

ORIGENES. *Tratado sobre os princípios*. Paulus: São Paulo, 2012. (Coleção Patrística, 30)

SANCHÉZ, J.L. Nogales. *Filosofía y Fenomenología de la Religión*. Editorial Ágape: Salamanca, 2003.

TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica Parte I: questões 1-43*. Edições Loyola: São Paulo, 2001.